

# Defender as conquistas de Abril, revalorizar o trabalho, mudar de políticas

**C**umprem-se agora 36 anos sobre esse acontecimento maior da nossa história: a revolução democrática do 25 de Abril. Uma revolução cujo profundo significado teve reflexos e influências positivas sobre todos os aspectos da vida nacional e cujos impactos influenciaram, também positivamente, o desenrolar de importantes acontecimentos internacionais.

Igualmente, se cumprem, este ano, no seguimento das grandes lutas do operariado norte-americano pela redução da jornada de trabalho para as 8 horas, vitoriosas, apesar de violentamente reprimidas, os 120 anos da internacionalização do 1.º de Maio como Dia Internacional do Trabalhador, dia que continua a simbolizar os objectivos reivindicativos, os ideais e os valores por que se bateram e continuam a bater os trabalhadores de todo o mundo.

Também em Portugal, nesta indissociável ligação entre os valores da Liberdade da Democracia e da Justiça Social que o 25 de Abril preconizou e as lutas dos trabalhadores pela conquista de direitos políticos, económicos, sociais, laborais e culturais, historicamente simbolizadas nas comemorações do 1º de Maio, se foi percorrendo um longo e prodigioso caminho, cheio de vitórias e derrotas, avanços e recuos, na história dos trabalhadores e do povo português.

O direito ao trabalho e à segurança no emprego, a liberdade de organização, de reunião e de manifestação, o direito à greve e à negociação colectiva, o direito à saúde, à segurança social e à educação são algumas dessas importantes conquistas, num contexto político de combate à exploração e opressão, tendo sempre em vista a construção de uma sociedade democrática, justa, livre, independente e desenvolvida, que a Constituição da República Portuguesa viria a consagrar.

Foi também nesse contexto que se registaram grandes avanços na construção de uma escola pública, democrática, gratuita, inclusiva e de qualidade, pilar fundamental da nossa democracia e garantia do direito à educação para todos os portugueses. Como o foi também a conquista de um importante corpo de direitos para todos os professores de inegável avanço sócio-profissional (direito à protecção na maternidade e paternidade, férias pagas, estatuto de carreira profissional, direito à negociação colectiva, liberdade de associação e organização sindical, revalorização salarial, gestão democrática, etc).

Mas, a par deste vertiginoso processo de mudança e transformação social, pelas mãos das políticas de direita de sucessivos governos, têm vindo a ser desferidas contra os trabalhadores fortes investidas com consequências tão graves nos planos político e social, que descaracterizam já, perigosamente, o próprio regime democrático: uma pesadíssima taxa de desemprego (a mais alta desde o 25 de Abril), um enorme fosso entre pobreza e riqueza, a desvalorização dos salários e pensões, a supressão de direitos fundamentais, a ameaça às liberdades, o alastramento da corrupção, a crise na justiça, o avanço da exploração, o cerco à escola pública, o ataque à Administração Pública (desmantelando serviços e atacando os seus trabalhadores), a privatização de importantes sectores da nossa economia, o ataque à negociação colectiva, ao serviço nacional de saúde e à segurança social, a destruição do nosso aparelho produtivo, o realinhamento com as teses mais agressivas e belicistas da NATO são alguns dos traços mais preocupantes deste desastroso rumo político, para Portugal, que, em nome do combate ao défice orçamental, este Governo, com o explícito apoio do PSD e CDS-PP, pretende prosseguir e aprofundar, quer no Orçamento para 2010, quer no PEC para o período 2010-2013.

É neste clima de grande preocupação, que os professores e educadores, reunidos no 10º Congresso Nacional de Professores, em Montemor-o-Novo, a 23 e 24 de Abril, conscientes dos perigos que pairam sobre o Portugal de Abril:

1. Proclamam, mais uma vez, o seu inquestionável apoio aos ideais de Abril e à defesa de todos os direitos e valores conquistados naquela “radiosa madrugada”;
2. Exigem ao Governo (e demais Órgãos de Soberania) uma profunda mudança de políticas, que restitua a esperança ao povo português e promova um real desenvolvimento do país, com efectiva justiça social;
3. Reclamam do Governo uma outra política educativa que dê valor aos professores, garanta uma melhor profissão, uma melhor escola pública e um melhor futuro.

Os professores presentes no 10º Congresso Nacional de Professores reafirmam o seu indeclinável compromisso com Abril, exigindo que a educação seja assumida como um valor estratégico para o desenvolvimento do país, dando rumo ao projecto constitucional de construção de um Portugal democrático, livre, justo e fraterno.

Os professores e educadores presentes no 10º Congresso da FENPROF apelam a uma grande participação dos professores portugueses nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio e exigem uma nova política para a educação e para o país.

***Aprovada por unanimidade***